

Transamazônica: estrada vive abandono acompanhado de desmatamento ilegal, grilagem e violência

Na Amazônia, nenhuma intervenção humana provoca tantas mudanças como uma rodovia. E nenhuma rodovia causa tanto impacto na maior floresta tropical do mundo como a Transamazônica.

Pouco mais de 40 anos após a inauguração da estrada símbolo da ditadura militar, a reportagem da Folha percorreu quase todo o seu trecho amazônico, entre Lábrea (AM) e Altamira (PA). Do total de 1.751 km, pouco menos de 10% estão asfaltados.

Tal qual ouroboros, a mítica serpente que morde o próprio rabo, a Transamazônica parece andar em círculos desde que foi aberta, sob o lema nacionalista de “Integrar para não entregar”.

Último município da rodovia, Lábrea (a 700 km em linha reta de Manaus) é uma das mais novas e destrutivas frentes de desmatamento ilegal, acompanhadas por grilagem e violência. A zona rural soma sete assassinatos por disputa agrária em dez anos, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em Altamira (a 450 km em linha reta de Belém), outra megaobra estatal, a hidrelétrica Belo Monte, vem aprofundando impactos negativos na rodovia, como o encurralamento de populações indígenas e a aceleração do desmatamento. A ameaça de violência é permanente.

Entre as duas pontas da rodovia, predominam na paisagem pastos subutilizados, intercalados por unidades de conservação e terras indígenas sob pressão de madeireiros e garimpeiros. As grandes queimadas continuam no período seco, e, com a exceção de urubus, é raro avistar um animal silvestre.

As cidades têm desenvolvimento humano abaixo da média do país

e são dependentes de repasses federais. A maioria sobrevive da extração ilegal do ouro e da madeira, cujos lucros compensam os custos de extração em remotas áreas protegidas. O saque se beneficia da repressão esporádica – em duas semanas, a reportagem testemunhou só uma ação fiscalizatória.

“Aqui é o mundo da ilegalidade”, afirma a irmã franciscana Ângela Sauzen, que desde 1986 atua em Uruará (a 635 km de Belém), onde até o prefeito é madeireiro. “Quem pode mais, domina.”

Com cortes orçamentários, órgãos como Funai (índios) e Ibama (ambiente) diminuíram suas presenças na região. O Instituto Chico Mendes tem 52 servidores para uma área pouco maior que o Paraná: 20,7 mil de hectares, em 21 unidades de conservação.

Mas a estrada também reserva surpresas mais agradáveis. À beira do rio Maici, os misteriosos índios pirahãs mantêm alguns dos mesmos

hábitos relatados no primeiro contato com os brancos, há três séculos, e se recusam a aprender português.

Em Medicilândia (a 540 km de Belém), maior produtor de cacau do país, uma cooperativa que produz chocolate viu as perspectivas melhorarem após a recente pavimentação da estrada até Altamira.

Em reservas extrativistas, comunidades têm superado os desafios logísticos e de financiamento para viver da exploração da floresta em pé por meio da castanha-do-pará e de outros produtos.

Fonte: Folha de S.Paulo e O Xingu

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br